

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.024 - GO (2019/0116806-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : HOSPITAL SAO SILVESTRE LTDA
ADVOGADO : TENÓRIO CÉSAR DA FONSECA E OUTRO(S) - GO009285
AGRAVADO : NATALINO VAZ DA SILVA
ADVOGADOS : MARIA JOSÉ PIRES PINTO - GO012088
RAFAEL HERNADEZ SOARES - GO026837
INTERES. : MONICA CRISTINA DE BORGES ROJAS
ADVOGADO : FLÁVIA MARIA QUINAN FERREIRA - GO016668

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/2015), interposto por **HOSPITAL SÃO SILVESTRE LTDA.**, contra decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia, a seu turno, acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Goiás, assim ementado (fl. 1100, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DA SENTENÇA. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE PARA OFERTA DE MEMORIAIS ESCRITOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. QUEIMADURA SOFRIDA POR PACIENTE DECORRENTE DE INCÊNDIO EM CENTRO CIRÚRGICO. DEVER DE REPARAR. MONTANTE DA CONDENAÇÃO. MANUTENÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECURSAL.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada do STJ, inexistindo efetivo prejuízo à parte, descabe reconhecer a nulidade do processo decorrente da ausência de intervenção do Ministério Público nas hipóteses previstas legalmente.

2. A ausência de oportunidade para as partes apresentarem memoriais escritos não acarreta, por si só, nulidade do processo, mormente quando todas as questões necessárias ao desate da controvérsia foram enfrentadas na sentença e questionadas em sede de apelação.

3. É objetiva a responsabilidade do hospital por defeito na prestação do serviço realizado (artigo 14, §39, do Código de Defesa do Consumidor), sendo dela o ônus de comprovar a inexistência de prejuízo. Precedentes.

4. Considerando tratar-se de uma senhora já fragilizada, interditado judicialmente, bem como a região afetada (queimaduras de 2º e 3º grau na face, região anterior do tronco, coxa esquerda e direita), mostram-se razoável e proporcional os valores arbitrados, a fim de ressarcir, tanto quanto possível, os sofrimentos e constrangimentos, pretéritos e vindouros, impostos à vítima, sem provocar qualquer espécie de enriquecimento indevido.

5. Evidenciada a sucumbência recursal, impende majorar a verba honorária anteriormente fixada, conforme previsão do artigo 85, §9 11, do Código de

Processo Civil.

APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.

Opostos embargos de declaração (fls. 1120/1131, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 1147/1154, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 1162/1177, e-STJ), o recorrente apontou, inicialmente violação aos artigos 178, inciso II e 279 do Código de Processo Civil de 2015, sob o fundamento de que houve nulidade pela ausência de intimação do Ministério Público no feito. Sustentou, também violação aos artigos 927, parágrafo único porquanto a atividade hospitalar não oferece risco aos pacientes pela sua natureza. Argumentou que houve ofensa ao artigo 944 do Código Civil, entendendo que o dano estético não restou comprovado. Asseverou que ocorreu afronta ao artigo 14, § 3º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, já que entende que não houve defeito na prestação dos serviços. Asseverou que houve ofensa ao artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015, porquanto alega que ser incabível a majoração dos honorários, em vista da sentença ter sido exarada na vigência do Código anterior. Suscitou dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 1204/1212, e-STJ.

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 1220/1221, e-STJ), negou-se seguimento ao reclamo pela incidência da Súmula 7/STJ e pela ausência de demonstração de dissídio jurisprudencial.

Daí o agravo (fls. 1225/1263, e-STJ), que busca destrancar o processamento daquela insurgência.

É o relatório.

Decide-se.

A irresignação merece parcial provimento.

1. Esta Corte Superior de Justiça tem entendimento de que a simples ausência de intimação do Ministério Público não enseja a nulidade do julgado, sendo necessário para tanto que se demonstre o efetivo prejuízo às partes.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO ÀS PARTES. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 283/STF.

1. A ausência de intimação do Ministério Público, por si só, não enseja a decretação de nulidade do julgado, a não ser que se demonstre o efetivo prejuízo às partes.

2. A não impugnação de fundamento do acórdão recorrido suficiente para a sua manutenção acarreta o não conhecimento do recurso especial. Incidência, por analogia, do Enunciado n.º 283 do STF.

3. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1480030/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO

SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 13/02/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. NULIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "O Superior Tribunal de Justiça tem iterativamente assentado que a decretação de nulidade de atos processuais depende da necessidade de efetiva demonstração de prejuízo da parte interessada, por prevalência do princípio *pas de nulité sans grief*" (REsp 1.121.718/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, Julgado em 18/4/2012, DJe 1/8/2012).

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela ausência de prejuízo, bem como pela inexistência de cerceamento de defesa.

Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 536.334/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 17/03/2017)

No presente caso, em que assente no acórdão recorrido a ausência de qualquer prejuízo às partes, não se verifica a arguida nulidade do processo, incidindo a Súmula 83/STJ a obstar o provimento do recurso.

2. Acerca da presença dos elementos ensejadores da responsabilidade civil no caso dos autos, assim decidiu o órgão julgador (fls. 1107/1109, e-STJ):

Do compulso dos autos, percebe-se que é incontroverso o incêndio no centro cirúrgico advindo de problema no bisturi elétrico manuseado pela médica e as lesões da vítima.

Neste diapasão, ainda que se argumente que o ocorrido foi apenas uma infelicidade, uma desventura, ou que se queira atribuir a responsabilidade a outrem (fabricante do aparelho), o fato é que o hospital é prestador de serviço e deve zelar pela incolumidade física do paciente.

Assim, é certo que a responsabilidade da ré resta configurada, haja vista as queimaduras sofridas pelo apelado na face e em outras regiões do corpo.

O conjunto probatório colacionado ao feito não deixa dúvida a respeito da gravidade dos ferimentos.

Sopesando todos estes aspectos, tem-se que a apelante cometeu o chamado ato ilícito, ou seja, a conduta que fere direitos subjetivos privados, estando em desacordo com ordem jurídica e causando danos a alguém.

A consequência do ato ilícito é o dever de indenizar, de reparar o dano, nos termos do artigo 186 e da parte final do artigo 927, ambos do Código Civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente

moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Com efeito, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segue no sentido de atribuir responsabilidade objetiva ao hospital/clínica por eventual falha nos serviços prestados, caso em que se aplica o disposto no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor:

(...)

Neste sentido, tratando-se de responsabilidade objetiva, olvidou o hospital de desincumbir-se do ônus de provar que agiu em observância às normas técnicas, especialmente que obedeceu a todos os rigores necessários para evitar o incêndio no centro cirúrgico e que vitimou o autor.

Diante de todas estas considerações, resta patente o dever da ré de reparar o dano.

Com efeito, constatada a responsabilidade objetiva do demandado, o Tribunal Estadual, analisando detidamente as provas acostadas aos autos, concluiu que o hospital não se desincumbiu do ônus de provar que agiu com observância às normas técnicas e que obedeceu a todos os rigores necessários para evitar o incêndio no centro cirúrgico. Asseverou também que o conjunto probatório juntado aos autos não deixa dúvidas a respeito da gravidade dos ferimentos.

Assim, a alteração da conclusão que chegou a Corte local acerca da presença dos elementos ensejadores do dever de indenizar, no presente caso, demanda reexame dos elementos fáticos contidos no processo, providência vedada mediante o óbice da Súmula 7/STJ, aplicável em ambas as alíneas do dispositivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. MORTE POR INFECÇÃO HOSPITALAR. PACIENTE INTERNADO POR DISTÚRBIOS PSICOLÓGICOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO HOSPITAL. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR ADEQUADO. RAZOABILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com fundamento no conjunto probatório dos autos, reconheceu a falha na prestação de serviços hospitalares que implicou a morte do filho dos agravados por pneumonia e infecções hospitalares.

2. O valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto por esta Corte tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso, em que fixado em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1359566/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 28/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). DANO MORAL. ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE DO HOSPITAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CULPA DOS PROFISSIONAIS.

CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1314757/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 15/04/2019)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA. TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE. UNIDADE HOSPITALAR. DEMORA. REEXAME DE PROVA. INVIABILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA.

1. O relator está autorizado a decidir monocraticamente recurso fundado em jurisprudência dominante (art. 557, caput e § 1º- A, do CPC). Ademais, eventual nulidade da decisão singular fica superada com a apreciação da matéria pelo órgão colegiado em sede de agravo interno.

2. O Tribunal de origem julgou que o hospital agravante não foi diligente com relação à transferência para unidade hospitalar adequada ao tratamento da enfermidade do agravado. Reconheceu o nexo causal entre o agravamento das sequelas suportadas e o atendimento dispensado. Rever esse entendimento, a fim de reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais e por danos estéticos, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. A demonstração do dissídio jurisprudencial pressupõe a ocorrência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma, o que não se verifica nas hipóteses de incidência da Súmula nº 7/STJ, que obsta o exame da ofensa à lei federal suscitada nas razões de recurso especial.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 610.942/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 05/08/2015)

Assiste razão à embargante quanto à pretensão de excluir a majoração dos honorários advocatícios.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a majoração dos honorários com base no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, é devida quando estiverem presentes 3 (três) requisitos cumulativos: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO NA ESPÉCIE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA REFORMADA. HIPÓTESE DE RECURSO NÃO CONHECIDO INTEGRALMENTE OU DESPROVIDO,

MONOCRATICAMENTE OU PELO ÓRGÃO COLEGIADO COMPETENTE. 1. O STJ assentou o entendimento de que é devida a majoração de verba honorária sucumbencial, nos termos do artigo 85, §11, do CPC/2015, quando presentes os seguintes requisitos de forma simultânea: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

2. No caso dos autos, contudo, a Apelação do INSS foi parcialmente provida, o que impede a aplicação do referido dispositivo legal.

3. Recurso Especial provido.

(REsp 1826005/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 11/10/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO RECONHECIDA E SANADA. SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADA.

HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO INDEVIDA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SANAR OMISSÃO.

1. No caso, verifica-se omissão quanto ao pleito de aplicação de multa por litigância de má-fé e de honorários recursais na forma do art. 85, §§ 1º e 11, CPC/2015.

2. "É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso. (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, julgado em 09/08/2017, DJe de 19/10/2017).

3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que não se aplica a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, como é o caso dos autos. Precedentes" (EDcl no AgInt no AREsp 983.177/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe de 14/12/2017).

4. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1119926/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018)

Na hipótese dos autos a publicação da sentença ocorreu em 20/10/2015, portanto, sob a égide do Código de Processo Civil de 1973.

Estando o acórdão em dissonância com a jurisprudência desta Corte, no ponto,

deverá ser reformado.

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para excluir a majoração dos honorários advocatícios.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator